

CREA-SC visita governador do estado e ressalta importância da área tecnológica



O presidente do CREA-SC, Eng. Agr. Ari Neumann esteve na tarde desta quinta-feira, 17.01, em audiência com o Exmo. Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva. O objetivo da visita foi apresentar a estrutura do Conselho, a importância dos profissionais e das empresas da área tecnológica na gestão do estado para atender ao setor produtivo e aos anseios da sociedade, e enfatizar também a necessidade da ocupação de cargos técnicos no setor público por profissionais habilitados.

Foi entregue documento listando tópicos como: os convênios existentes com municípios, empresas do governo e secretarias e

sugestões de ações nas áreas de infraestrutura, industrial, engenharia pública, acessibilidade, mobilidade urbana e manutenção predial. Acompanharam o presidente o Chefe de Gabinete, Eng. Agr. Nelton Luiz Baú, o Superintendente, Eng. Civil Láercio Tabalipa, e o Coordenador de Engenharia Eng. Civil Eduardo Irani.

Na oportunidade os representantes do CREA-SC reuniram-se também com o Secretário de Estado de Infraestrutura e presidente do Deinfra, Cel. Eng. Carlos Hassler. Entre os assuntos, o fortalecimento do órgão na área técnica e as obras das pontes na capital.



Veja abaixo as principais sugestões apresentadas:

1. Secretaria de Infraestrutura e seus órgãos correlatos, como por exemplo, o DEINFRA, cuja responsabilidade de manter a malha rodoviária garante importantes benefícios aos vários setores, e ao setor produtivo a oportunidade de fazer da nossa economia uma das mais importantes do País – sugerindo que esses órgãos sejam aparelhados de maneira significativa com

profissionais habilitados e competentes, para respaldar o Estado com um real crescimento, gerando empregos e divisas, atendendo assim aos anseios da sociedade.

2. Agricultura e Pecuária, onde o modelo catarinense é exemplo nacional, destacando-se na produção de suínos e aves, silvicultura, arroz, fumo e cereais de inverno, fruticultura (maçã, pera, banana e pêsego) e olericultura (alho, cebola), entre outros – sugerindo manter a estrutura de pesquisa e extensão rural feita atualmente pela EPAGRI e o controle sanitário pela CIDASC, órgãos que são fundamentais para manter o mais alto patamar de produção e competitividade do nosso Estado, tanto no mercado nacional como no internacional. Lembrando que em todas essas empresas há profissionais do Crea-SC contribuindo com o seu conhecimento técnico.

3. Acessibilidade e Mobilidade Urbana – reforçando a participação dos profissionais na orientação técnica para a implantação da acessibilidade nos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, nas edificações para as pessoas em geral, e em particular para as com deficiência e mobilidade reduzidas. Apresentação da Cartilha de Acessibilidade, que vem servindo como base de implantação em todo o Estado de Santa Catarina e também no Brasil. Quanto à mobilidade urbana, lembrando que projetos viáveis bem elaborados podem resolver problemas hoje vividos pela população catarinense, especialmente na região metropolitana da capital.

4. Engenharia Pública – Informando sobre o auxílio do Crea-SC à diversas Prefeituras do Estado para regulamentarem sua lei Municipal e lembrando da Cartilha de Engenharia Pública lançada pelo Conselho, baseada na Lei 11.888/2008, que instituiu a assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda. A cartilha esclarece aos profissionais como dar acompanhamento técnico na execução de projetos, reformas, regularização fundiária e auxílio em mutirões com recursos federais, como é o caso de Florianópolis, Joinville e Blumenau que já estão com ações em

andamento. Dentro desta política, o Crea-SC recentemente firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, afim de colaborar com o Programa Estadual de Regularização Fundiária – REURB-SC, reduzindo os valores das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs destes serviços.

5. Manutenção Predial – Ressaltando sobre a possibilidade da criação de leis municipais sobre o assunto e os exemplos no estado. Em face à morosidade para aprovação e regulamentação do PL 031/2014, em trâmite no Congresso Nacional, e que estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial, alguns municípios do Brasil tem criado sua própria legislação. Em Santa Catarina, destaca-se Balneário Camboriú, que tornou obrigatória a realização de vistorias periódicas em edificações públicas e privadas. Tal prática garante a longevidade das edificações, prezando pela segurança da sociedade e visando diminuir despesas com a manutenção corretiva e danos causados por deterioração do patrimônio.

